

VIOLÊNCIA, CRIME E PUNIÇÃO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DO BRASIL: MEMÓRIAS DE UM CAMPO EM FORMAÇÃO

*Francisco Thiago Rocha VASCONCELOS**

A preocupação com a violência é objeto estratégico para a compreensão das transformações que afetam as Ciências Sociais e o seu papel político. Em torno desta problemática se deu a unificação de um campo de discussões e de uma especialidade acadêmica com cerca de quarenta anos de produção regular. Um universo que começa a ser melhor desvendado a partir do esforço fundamental de recuperação da memória contido no livro “As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil”¹. Esta reunião de entrevistas e testemunhos de cientistas sociais serve como retrato da centralidade que o tema da violência adquiriu no cenário acadêmico brasileiro. Se antes os temas e objetos como prisão e polícia e homicídios eram considerados de menor prestígio, atualmente concentram recursos, iniciativas voltadas ao fomento de redes de pesquisa e atuação.

O livro é expressão das redes constituídas entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e destacadamente da Fundação Ford. Esta, dando continuidade ao papel histórico no incentivo ao desenvolvimento institucional das Ciências Sociais brasileiras, sob a direção de Elizabeth Leeds (1997-2003), erigiu como bandeira de luta a superação das barreiras entre o mundo acadêmico e a polícia (cujo marco foi o colóquio sobre segurança pública organizado em 1998 na ANPOCS). Não por acaso é concedido um destaque especial a Edmundo Campos Coelho e a Antonio Luiz Paixão. Nas palavras de Leeds, estes dois estudiosos “introduziram o campo da criminologia no

* Doutorando em Sociologia. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900. ft_rocha@yahoo.com.br

¹ Resenha da obra: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz. (Orgs.). **As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; ANPOCS, 2011.

Brasil”. Sua influência se faria perceber na adoção de novos referenciais de análise, na formação “[...] de uma nova geração de cientistas sociais que hoje constitui a comunidade de especialistas nesse campo” e na tarefa precursora de quebra das barreiras entre universidade e polícia, cujas implicações “[...] talvez constituam o mais importante impacto desse novo campo de estudo” (LIMA; RATTON, 2011, p.08).

Assim, no conjunto, o livro expressa o projeto de unificação de um **campo da segurança pública**², que guarda também um viés geracional ligado às disputas em torno da incorporação do legado dos fundadores e do direcionamento dos novos projetos na área. Embora haja espaço para a pluralidade e divergência de posicionamentos, esta convergência de interesses opera como filtro na construção da história desta área de estudo, a perpassar em maior ou menor intensidade o conjunto de memórias retratadas. Mesmo que os organizadores reconheçam “que a própria nomeação de tal campo é controversa” e “[...] que nem todos os envolvidos neste processo compartilham da ideia de que foram criadores do mesmo” (LIMA; RATTON, 2011, p.11), seria possível problematizar a ideia de pioneirismo, sugerindo a consideração de nomes que contribuíram, embora com diferentes ênfases e influência, para a discussão teórico-metodológica ou para a construção de espaços de pesquisa e de atuação pública, como Rosa Maria Fischer, Maria Victoria Benevides, Teresa Caldeira, Vinicius Caldeira Brant, José Ricardo Ramalho, Elizabeth Sussekind, Gisálio Cerqueira, Gizlene Neder, Maria Célia Paoli, Maria Cecília Minayo, Heleieth Safioti, Sergio Carrara, Guita Debert, Mariza Corrêa, Maria Filomena Gregori, dentre outros.

De todo modo, os critérios objetivos que informaram a eleição dos pioneirismos, que se cruzam em maior ou menor grau na trajetória de cada pesquisador, oferecem ao leitor uma demonstração significativa do processo de auto-reconhecimento de uma comunidade, no sentido antropológico, e dos processos de fundação de um campo, ainda em construção: foram reunidos pesquisadores que impactaram nas interpretações sobre o crescimento da violência urbana e da continuidade autoritária apesar da transição democrática; que cumpriram o papel de *institutionals buildings* e de formadores de novos pesquisadores na área; e que desempenharam um papel político no debate público, junto à imprensa, a movimentos sociais e a órgãos estatais. Assim, apesar das marcas de seletividade, o resultado é fecundo para a interpretação dos acúmulos teóricos, das convergências e divergências entre os cientistas sociais desta área.

² Seria possível discutir a noção de **campo da segurança pública** para nomear um campo intelectual e não o campo dos agentes e das políticas de segurança pública com o qual a área de estudos sobre violência, crime e punição se relacionaria.

Para o interessado na compreensão do desenvolvimento de novas especialidades disciplinares, por exemplo, é possível perceber a constituição de Sociologias e Antropologias da violência, do crime e da punição sob diversas entradas ou tráfegos: a partir dos estudos da questão agrária; da violência do Estado contra as classes populares; da sociologia do desvio; dos movimentos sociais e das transformações urbanas; ou da sociologia do direito e da política. Em caráter preliminar, poderiam ser indicados três grandes grupos ou vertentes.

Uma primeira grande vertente seria a **sociojurídica**, composta dos pesquisadores que partiram do questionamento sobre a violência do Estado contra as classes populares na história do Brasil, abordando a continuidade autoritária expressa nas práticas policiais e judiciárias e seus resultados em termos de criminalização da pobreza. Neste grupo destacam-se os estudos considerados marcos fundadores do campo, como os que abordaram as relações de poder e de sociabilidade no interior de prisões ou a organização dos sistemas penitenciários; os que investigaram a polícia, do ponto de vista da sua organização (estrutura de poder e cultura política) e capacidade de influência sobre as determinações externas ou sob o viés da violência policial a partir dos ciclos ditatoriais e na transição democrática recente; e por fim, os que enfatizaram a organização de dados e políticas em segurança pública, assim como metodologias de análise de dados de criminalidade urbana. Antonio Luiz Paixão, Edmundo Campos Coelho, Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Adorno, Luciano de Oliveira, Roberto Kant de Lima, Julita Lemgruber, Luiz Eduardo Soares, Cláudio Beato e Gláucio Soares inaugurariam, assim, sociologias históricas, organizacionais e culturais da polícia e do sistema de justiça criminal no Brasil.

Uma segunda vertente seria a **sócio-urbana**, que deu menos ênfase ao estudo das instituições estatais, construindo outras maneiras de abordar a realidade social do crime e da violência, mais próximas às dinâmicas que afetam o associativismo local e as transformações do mundo urbano e do espaço público. Alba Zaluar, Michel Misse e Luiz Antonio Machado abordaram o desenvolvimento dos padrões organizacionais das redes de criminalidade, em especial do jogo do bicho e do tráfico de drogas e armas, e seus impactos na forma de um processo histórico de acumulação da violência, nos efeitos da sociedade de consumo na construção de masculinidade associada ao uso da arma entre jovens ou em uma nova sociabilidade violenta.

Em meio a estas duas vertentes, seria possível destacar os vários trânsitos particulares que originaram a **descoberta da violência** em pesquisas sobre outros assuntos, como é evidente no caso de Alba Zaluar e seu estudo que de início tratava sobre modo de vida das classes populares e se direcionou para a relação entre associativismo e redes de traficantes. Opções estas que são também afetadas pelo grau de monopólio ou concorrência nas áreas de pesquisa na academia. Mas

como padrão não particular, merece destaque o grupo dos **agraristas**, composto por pesquisadores que problematizaram a estrutura de poder, as práticas costumeiras de resolução de conflitos e a violência do Estado no campo, migrando dos estudos sobre a questão agrária para as pesquisas na área de segurança pública. A partir desta **origem comum**, César Barreira, Maria Stela Grossi Porto e José Vicente Tavares desenvolveram estudos sobre as redes de pistolagem, a modernização das instituições de segurança pública, as representações sobre a violência e os novos padrões de conflitualidade decorrentes do processo de mundialização. Cada um em seu contexto garantiu a formação de pesquisadores e abriu portas na relação entre universidades e policiais.

São inúmeras as possibilidades de insinuar diferenciações ou aproximações entre as perspectivas associadas aos cientistas sociais dentro ou entre os três grupos. Por falta de um enquadramento analítico capaz de situar as descobertas individuais nas redes de troca que informaram a produção e circulação de conhecimento na área, esta classificação é feita apenas como recurso inicial de apresentação. Mas isto seria uma tarefa infrutífera, caso não se investisse em ao menos destacar os aspectos centrais do processo que permite encadear posições tão plurais em um mesmo universo. Desse modo, mais profícuo seria esboçar uma história das discussões e atuações que subjazem aos depoimentos, estabelecendo os pontos de maior consenso e dissenso. Um esforço para delinear um cenário de leitura da obra que, sendo passível de contestação, serve ao propósito de contraste e diálogo com as leituras possíveis levadas a termo pelos leitores e pelos pesquisadores em tela.

Como fio da meada, é importante destacar que o conjunto de reflexões surge em resposta à preocupação com a **violência urbana**, que emerge no Brasil como problema público a partir dos anos 1970, articula-se à afirmação dos direitos humanos na transição democrática e dá ensejo a duros embates. De um lado, defensores do regime e apoiadores de políticas conservadoras, que enxergavam na democracia as raízes dos novos males. De outro, movimentos sociais e militantes em direitos humanos, envolvidos nas campanhas pela democracia e em projetos de reforma da justiça criminal nos governos estaduais eleitos em 1982. Esta inquietação mobiliza parlamentares, juristas, intelectuais, meios de comunicação e movimentos sociais em reuniões e debates que incentivam a formação de linhas de atuação política e grupos de pesquisa. Desse modo, na medida em que eram construídas nas preocupações da sociedade e do Estado, a violência, o crime e a punição, antes temas circunscritos aos estudiosos do Direito e da Medicina, passam a envolver também as Ciências Sociais.

O debate se concentra, então, nos fatores intervenientes do crescimento da criminalidade urbana violenta e na continuidade autoritária expressa na violência

do Estado e sua legitimidade na cultura política brasileira. Perpassa a esses dois eixos o lugar da violência como expressão da dificuldade da mobilização por parte do associativismo local, que conduz à pauta do combate ao entulho autoritário e da transição incompleta, marcos na dificuldade do diálogo entre pesquisadores e agentes da segurança pública.

Este quadro pode ser tomado como síntese do debate na virada dos anos 1980/90, que prossegue dadas as repercussões do **Massacre do Carandiru**, em São Paulo, e da **Chacina da Candelária e do Vigário Geral**, no Rio de Janeiro. A partir destes contextos de “crise de segurança pública”, cientistas sociais procuram qualificar o debate público por meio da elaboração e divulgação de pesquisas, de intervenções junto ONGs de direitos humanos, à imprensa e em consultorias governamentais. Este parece ter sido o cenário de uma mudança de ênfase, reconhecível como movimento geral nos testemunhos dos pesquisadores, de uma posição **denuncista** a uma postura **propositiva**. Desse modo, tornam-se compreensíveis os engajamentos nos processos de reconstrução do Estado, seja pela via mais voltada ao controle da atuação estatal pela adesão às normas internacionais de direitos humanos, seja pela via da conciliação entre eficiência policial e direitos humanos.

Na continuidade de um processo político de reformulação da segurança pública no país, a última década é marcada pela incorporação, pelas políticas estatais, de uma nova linguagem oriunda das lutas pelos direitos humanos e por participação social nos assuntos de Estado e das tradições de pensamento alternativas na área de policiamento. **Participação, transparência, integração, prevenção, segurança cidadã** começam a fazer parte do vocabulário de iniciativas de consolidação da democracia por meio da criação de mecanismos do controle da atuação policial e da associação entre políticas repressivas e sociais. Malgrado as diferenças substantivas entre os sentidos políticos dos projetos recentes para a área de segurança pública, eles expressariam a incorporação desta nova linguagem.

É diante deste processo que se torna compreensível a elaboração do livro aqui considerado. Os tópicos levantados atravessam e compõem a fala dos pesquisadores. É possível destacar o consenso em torno da relevância intelectual e política dos temas e do crescimento da área, assim como da importância de certos estudos e da centralidade de questões antigas, como a incompletude da transição democrática e da construção do monopólio legítimo da violência. Ao mesmo tempo surgem novas questões de pesquisa: a redução dos crimes violentos na região Sudeste e seu aumento no Nordeste; o processo de expansão carcerária e a dimensão das redes e normas da criminalidade organizada de regulação dos conflitos em São Paulo; o fenômeno das milícias e os significados e efeitos das novas estratégias de policiamento no Rio de Janeiro.

Estes são desafios de pesquisa que colocam em pauta a qualidade e transparência dos dados de segurança pública, as abordagens científicas e os repertórios políticos dos cientistas sociais. Nesse ponto, as diferenças entre as posições se explicitam. Do ponto de vista das abordagens, as ênfases se colocam em instrumentais voltados a uma perspectiva mais normativa e aplicada na mensuração e redução dos níveis de criminalidade ou em linhas etnográficas da operação do Estado em suas **margens**. Em termos políticos, as diferenças se constroem especialmente entre aqueles que procuram distanciar-se de cargos públicos e da execução de políticas, apoiando-se na ideia de autonomia crítica, e outros que se colocam como executores de políticas, argumentando a favor da maior institucionalização dos trânsitos entre a academia e governos, a exemplo do que ocorre em outras áreas, como a da saúde pública e das políticas sociais.

Certamente estas posições não são estanques. Na medida em que as relações entre Estado e sociedade se constituem como parceria ou oposição, os diálogos são construídos, ora na adoção de perspectivas de pesquisa crítica ou aplicada, ora nas oscilações entre posições otimistas e pessimistas. Enquanto isso algumas vias se consolidam apesar de conjunturas desfavoráveis, a exemplo das experiências de educação policial. Mas os avanços e retrocessos são relativos, tendo em vista a constante tensão entre, de um lado, perspectivas centradas no papel das políticas públicas e, de outro, na análise dos fenômenos pouco virtuosos situados às margens de um Estado que incorpora crescentemente a própria linguagem utilizada e veiculada por cientistas sociais. Um cenário que traz novos desafios à atuação e imaginação sociológicas, ao fazer coincidir muitas vezes as fronteiras entre as tarefas de crítica teórica e política.

Referência

LIMA, R. S. de; RATTON, J. L. (Org.). **As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

Recebido em 05/02/12

Aprovado em 02/04/12